

O Ministério da Fazenda está estudando a criação de um seguro para investidores estrangeiros que detêm capitais e interesse em entrar no país, mas temem que riscos regulatórios possam comprometer a rentabilidade dos projetos no longo prazo. O objetivo do seguro – destaca o Valor Econômico de hoje – seria dar segurança para a realização de novos investimentos em infraestrutura, auxiliando a entrada de capitais nos próximos projetos de concessões.

"Nós pensamos que o país tem instituições sólidas, mas a percepção de vários investidores internacionais é a de que há um risco elevado. A garantia contra o risco regulatório é para demonstrar o compromisso do governo brasileiro com os contratos", afirmou o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Paulo Corrêa.

A ideia de fornecer uma garantia contra riscos regulatórios é uma tentativa de mitigar essa percepção de investidores estrangeiros sobre a vigência das condições estabelecidas nos contratos de concessão de longo prazo. A intenção é diminuir o prêmio exigido para se investir no Brasil e o custo médio do capital.

A garantia está sendo desenhada em parceria com o Banco Mundial, o Banco Interamericano (BID) e instituições do G-20, como a Global Infrastructure Facility – plataforma criada para facilitar a preparação de projetos de infraestrutura e o desenvolvimento de parcerias público-privadas (PPPs).

Uma das ideias em discussão é a de que o seguro seja oferecido pela [Agência Multilateral de Garantia de Investimentos](#) (MIGA, da sigla em inglês) – o braço de garantias contra riscos políticos e de melhoria de crédito do Banco Mundial. Essa agência ficou por mais de dez anos sem atuar no Brasil e retornou, no ano passado, com o desenvolvimento de um projeto para rodovias em São Paulo.

A intervenção do Tesouro no seguro seria pequena. Já a fixação de penas para alterações regulatórias capazes de modificar os projetos em curso criaria um desincentivo a esse tipo de alterações que afastam os investidores do país. Com isso, fundos de private equity e grandes financiadores internacionais teriam maior confiança em aportar capitais no Brasil.

"O Banco Interamericano está nos ajudando a montar uma plataforma onde disponibilizaremos os projetos de infraestrutura do país, de tal maneira que os investidores poderão fazer buscas de acordo com vários critérios, como tipo de concessão, custo, se o projeto é greenfield (investimento estrangeiro direto em novos projetos) ou não, se vai ser duplicação de rodovia", explicou Corrêa.

O Banco Mundial já iniciou a tradução dos editais de concessões e contratou uma empresa de consultoria norte-americana da área de PPP para auxiliar na revisão dos modelos, nos contratos e nos estudos de viabilidade técnica.

O seguro faz parte de um conjunto mais amplo de ações para mobilizar recursos privados para o investimento em infraestrutura no Brasil que está sendo desenvolvido em parceria com o Banco Mundial, o BID e a GIF.

Uma equipe de mais de 15 pessoas desses órgãos já iniciou as discussões neste sentido com integrantes do governo brasileiro, incluindo ministérios dos Transportes e Planejamento e as secretarias de Portos e Aviação Civil. Um programa de cooperação técnica deverá ser concluído, envolvendo medidas para facilitar o acesso a informações sobre os projetos por parte desses investidores.

Na prática, os projetos que estão sendo formatados visam romper com as barreiras ao investimento externo no Brasil. Nesta semana, o secretário de Acompanhamento Econômico fará novas reuniões para defender aportes de capitais no país, durante reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que acontece em Lima, no Peru. ([do Valor Econômico](#))

Fonte: [CNE](#), em 06.10.2015.